



## SENADO FEDERAL

### PARECER Nº 106, DE 2018 – PLEN/SF

Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2017 (nº 2.531, de 2011, na Casa de origem), nos termos da Emenda nº 1 – CAS (Substitutivo).

A **Comissão Diretora**, em **Plenário**, apresenta a redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2017 (nº 2.531, de 2011, na Casa de origem), que *obriga os estabelecimentos de saúde da rede pública e privada a notificar os casos de atendimentos que envolvam acidentes de crianças e adolescentes de zero a quatorze anos*, nos termos da Emenda nº 1 – CAS (Substitutivo), aprovada pelo Plenário.

Senado Federal, em 30 de maio de 2018.

**JOÃO ALBERTO SOUZA, PRESIDENTE**

**JOSÉ PIMENTEL, RELATOR**

**ANTONIO CARLOS VALADARES**

**SÉRGIO PETECÃO**

## ANEXO AO PARECER Nº 106, DE 2018 – PLEN/SF

Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2017 (nº 2.531, de 2011, na Casa de origem), nos termos da Emenda nº 1 – CAS (Substitutivo).

Altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, para determinar que incorre em infração sanitária aquele que deixa de notificar caso de acidente com criança ou adolescente à autoridade de saúde competente, e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a notificação compulsória de casos de acidente com criança ou adolescente à autoridade de saúde competente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 10 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VI-A:

“Art. 10. ....

.....

VI-A. – deixar, aquele que tiver o dever legal de fazê-lo, de notificar caso de acidente com criança ou adolescente à autoridade de saúde competente:

pena – advertência e/ou multa;

.....” (NR)

**Art. 2º** A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), passa a vigorar acrescida do seguinte art. 13-A:

“Art. 13-A. A notificação de casos de acidente com criança ou adolescente à autoridade de saúde competente é obrigatória para médicos, outros profissionais de saúde ou responsáveis por



estabelecimentos de saúde da rede pública ou privada que prestaram assistência ao paciente.

§ 1º Os fluxos, os prazos, os instrumentos, as definições de casos suspeitos ou confirmados, a classificação e as informações sobre os casos, o funcionamento dos sistemas de informação em saúde e as demais diretrizes técnicas para o cumprimento e a operacionalização do disposto neste artigo serão estabelecidos em regulamento.

§ 2º As informações pessoais integrantes da notificação compulsória dos casos de que trata o *caput* têm caráter sigiloso, o qual deverá ser respeitado pelas autoridades de saúde que a receberem.

§ 3º A inobservância do disposto neste artigo constitui infração sanitária e sujeita os infratores a pena de advertência e/ou multa, nos termos do inciso VI-A do art. 10 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.” (NR)

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.

